

apartes

NÚMERO 12 - JAN-FEV/2015

Distribuição gratuita



Transporte do futuro

Câmara e Prefeitura promovem melhorias nos ônibus. Projetos querem deixá-los ainda mais integrados às tecnologias



Washington Luís

Ele foi de vereador a presidente. E acabou no exílio

Lugar garantido

Iniciativas asseguram espaço para os teatros de rua

Mesa Diretora

Presidente: Antonio Donato (PT)
1º Vice-Presidente: Edir Sales (PSD)
2º Vice-Presidente: Toninho Paiva (PR)
1º Secretário: Aurélio Nomura (PSDB)
2º Secretário: Paulo Frange (PTB)
1º Suplente: Noemi Nonato (PROS)
2º Suplente: Eduardo Tuma (PSDB)
Corregedor: Dalton Silvano (PV)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV) - suplente em exercício, Adilson Amadeu (PTB), Adolfo Quintas (PSDB), Alfredinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Anibal de Freitas (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Antonio Donato (PT), Ari Friedenbach (PROS), Arselino Tatto (PT), Atílio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Calvo (PMDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Coronel Camilo (PSD) - suplente em exercício, Coronel Telhada (PSDB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB) - licenciado, José Américo (PT), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Marco Aurélio Cunha (PSD), Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Marta Costa (PSD), Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT) - licenciado, Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PCdoB), Noemi Nonato (PROS), Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PP), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV) - licenciado, Ricardo Young (PPS), Roberto Tripoli (PV), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Valdecir Cabrabom (PTB) - suplente em exercício, Vavá (PT), Wadiah Mutran (PP) - suplente em exercício

Expediente

Editor executivo: José Carlos Teixeira de Camargo Filho
Elaboração: CCL3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Supervisora: Maria Isabel Lopes Correa
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho, Rodrigo Garcia
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência, Diretoria de Comunicação Externa
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha, Marcelo Ximenez
Editoração e arte: Elton Jhones Pereira e Rogério Alves
Estagiários: Alyne Scarpioni, Bruno Garutti, Fernando Maluf Ferrari, Hugo Ramallo
Equipe executiva e de expedição: Leandro Uliam, Leonardo Pedrazzoli, Lívia Tamashiro
Unidades de apoio: Procuradoria, Secretaria Geral Parlamentar - SGP, Secretaria de Documentação - SGP.3, Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Montagem sobre foto de Elisa Rodrigues/SPTrans (foto principal) e acervo Galeria dos Presidentes, do Palácio do Planalto (foto menor)

Revista Apartes - Palácio Anchieta

Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900
Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br

Tiragem: 10.000 exemplares
Fechamento desta edição: 11/2/2015

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador Antonio Donato
Presidente da CMSP



Esta é a primeira edição da **Apartes** depois da posse da nova Mesa Diretora, da qual fui eleito presidente. Acompanho o trabalho da revista desde seu início e acredito em sua força como instrumento de comunicação pública, que estreita a relação entre a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e os cidadãos, especialmente os paulistanos.

Uma das minhas primeiras propostas quando assumi a Presidência foi a realização de Sessões Plenárias em cada uma das 32 Subprefeituras em que o Município está dividido, justamente para aprofundar o contato da Casa com a população. Nesse contexto, a **Apartes** tem o importante papel de ser mais uma possibilidade de levar as questões do Parlamento paulistano para serem discutidas com a sociedade.

Uma dessas questões, que afeta a vida de todos, é a qualidade do transporte público municipal. Nesta edição, na reportagem *Tecnologia em trânsito*, abordamos projetos da Prefeitura e dos vereadores cujo objetivo é proporcionar ônibus mais confortáveis, eficientes e seguros.

Outro tema de interesse da cidade é a eterna “luta” pela conquista do precioso espaço, retratada em *A força da grana e as coisas belas*. De um lado, as empresas do ramo imobiliário; de outro, os teatros de rua, principalmente na região central, que voltou a se valorizar nos últimos anos, fazendo com que esses locais de cultura corram o risco de serem transformados em apartamentos ou escritórios.

Dos palcos teatrais para os futebolísticos, em *A era das novas arenas* mostramos os planos do Executivo para o futuro do mais charmoso estádio paulistano, o Pacaembu. Recentemente, a Prefeitura tornou pública a intenção de modernizá-lo, para que possa abrigar jogos e eventos culturais. Essa discussão será feita em conjunto com a CMSP e, no final, esperamos proporcionar aos paulistanos mais um belo espaço de diversão.

Ainda nesta edição, a revista traz o perfil histórico de Washington Luís, ex-presidente do Brasil que no começo de sua carreira política foi eleito vereador em São Paulo, mas nunca exerceu o mandato. Saiba o motivo em *Rei da fuzarca e dos votos*. E por falar em história, contamos também um pouco sobre o Arquivo Histórico de São Paulo e o Arquivo da CMSP, que guardam os registros do Município desde 1562.

Ao aceitar tão importante missão de presidir a maior Câmara Municipal da América Latina, sabia que não faltaria muito trabalho. A crise hídrica é um exemplo. Além de adotarmos medidas para reduzir o consumo de água no prédio da Câmara, aprovamos projetos que dialogam com essa preocupação da cidade. Brevemente, os vereadores também vão se debruçar sobre a reformulação da Lei de Zoneamento, questão fundamental para o futuro da capital. Contamos com a população paulistana para nos ajudar, participando de tais debates. E nos comprometemos a fazer o máximo esforço para facilitar o diálogo entre vereadores e cidadãos: seja por meio das Sessões Plenárias nas Subprefeituras, seja por meio de uma comunicação institucional mais efetiva, na qual essa revista tem papel fundamental.

*Sua opinião é
muito importante para a
construção deste veículo
de comunicação pública*

Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

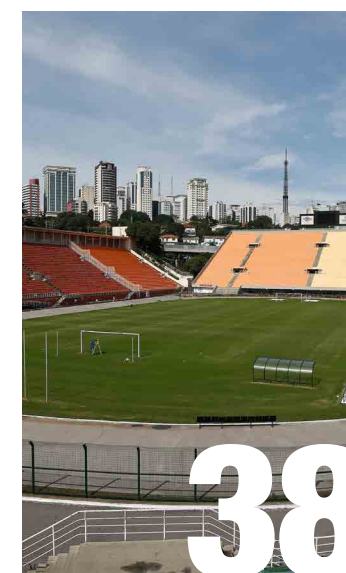
Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:
www.camara.sp.gov.br

apartes



Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br



SUMÁRIO

3 **Palavra do Presidente**

6 **Notas**

8 **Documentação**
Registros da capital

12 **Perfil**
Washington Luís
O rei da fuzarca e dos votos

20 **Cultura**
A força da grana e as coisas belas

30 **Transporte**
Tecnologia em trânsito

38 **Esporte**
A era das novas arenas



Antonio Donato assina o termo de posse como presidente da CMSP

Nova Mesa Diretora

Os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) elegeram, em 15 de dezembro, a Mesa Diretora para 2015. O presidente é Antonio Donato (PT), a primeira vice-presidenta é Edir Sales (PSD) e o segundo vice-presidente é Toninho Paiva (PR).

A primeira secretaria ficou com Aurélio Nomura (PSDB) e a segunda secretaria com Paulo Frange (PTB). Nas suplências, estão Noemi Nonato (PROS) e Eduardo Tuma (PSDB). A Corregedoria da Casa será comandada pelo vereador Dalton Silvano (PV).

Portal tem novidades

Desde dezembro, o portal da Câmara tem novo layout e funcionalidades. O principal objetivo é aproximar o Legislativo paulistano da população. Entre as mudanças, está a possibilidade de comentar os artigos e enviar contribuições por meio do Banco de Ideias. Para facilitar o uso, foram criadas três páginas principais de navegação: Vereadores, Câmara e Participe. A transparência também ganha importância, com uma área própria. Confira o novo portal em www.camara.sp.gov.br.

Câmara fará sessões nos bairros

Uma das principais iniciativas da nova Mesa Diretora da CMSP é o projeto Câmara nos Bairros, com a realização de sessões nas regiões das 32 Subprefeituras paulistanas. “A ideia é aproximar a Câmara dos cidadãos. O vereador está no dia a dia do bairro, mas a Câmara, como instituição, não”, explica o presidente Antonio Donato (PT). Segundo ele, as sessões serão importantes para “discutir os principais problemas e encaminhá-los à Câmara

Comissão sugere fim do contrato do 156

Em 18 de dezembro, a comissão da CMSP para investigar o contrato da Prefeitura com a empresa Call Tecnologia, prestadora do serviço 156, aprovou relatório final no qual sugere que o Município rompa o vínculo de forma unilateral.

A conclusão é que a empresa descumpriu diversas cláusulas contratuais. Por exemplo, funciona em imóveis sem alvará e não disponibilizou um site para o serviço 156. O documento cita um relatório feito pela Controladoria Geral do Município (CGM) que aponta, também, diversas falhas no processo de licitação.

“Tanto o aspecto financeiro quanto a execução do serviço são falhos”, afirma o relator da comissão, vereador Eduardo Tuma (PSDB). O relatório foi encaminhado ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Município.

Com informações do portal da Câmara

Economia de água pauta vereadores

Com a crise hídrica atual, a CMSP tomou uma série de medidas contra o desperdício: aprovação de projetos de lei (PLs), redução do consumo no Palácio Anchieta (sede da Câmara) e elaboração de campanha.

Em 4 de fevereiro, os vereadores aprovaram, em primeira votação, nove PLs. O 529/2014, proposto por Roberto Trípoli (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), José Police Neto (PSD), Mário Covas Neto (PSDB), Laércio Benko (PHS), Nabil Bonduki (PT), Paulo Frange (PTB) e Ari Friedenbach (PROS), prevê multa de até R\$ 1 mil para quem lavar calçadas e/ou veículos com água tratada da rede de municipal, valor que será dobrado a cada reincidência.

O PL 323/2010, de Dalton Silvano (PV), cria o programa de reuso de água em postos de gasolina e lava-rápidos e estabelece multa. O texto prevê que os estabelecimentos instalem equipamentos para recu-

peração e reutilização da água. O proprietário que descumprir será multado em R\$ 1 mil e, se houver reincidência, perderá a licença.

O PL 44/2014, de Laércio Benko (PHS), obriga o reaproveitamento da água pluvial nas escolas públicas municipais e conscientização de alunos e funcionários acerca da economia de água. O PL 39/2011, de Adilson Amadeu (PTB), institui o programa “IPTU Verde”, com incentivos e descontos no imposto para imóveis que adotarem medidas de economia de recursos. O PL 267/2014, de Con- te Lopes (PTB), acrescenta item no Código de Obras e Edificações do Município, sobre a utilização de instalações sanitárias mais econômicas.

O PL 737/2013, de Natalini (PV), José Police Neto (PSD), Goulart (PSD), Mário Covas Neto (PSDB) e Toninho Vespoli (PSOL), reserva a casos excepcionais o uso de água potável na limpeza de calçadas e veículos. O PL 381/2014, de Noemi Nonato (PROS), acrescenta itens ao Código de Obras para determinar, entre outras mudanças, que novos prédios tenham reservatórios de água de reuso, para aplicações urbanas quando possível.

O PL 362/2011, de Sandra Tadeu (Democratas), acrescenta itens ao Código de Obras e estabelece que, para ter o Habite-se, os condomínios verticais residenciais, comerciais ou de uso misto devem ter reservatórios para captação de água pluvial, para usar quando possível. Por fim, o PL 50/2008, de Aurélio Miguel (PR), cria o Programa Municipal de Combate ao Aquecimento Global e às Mudanças Climáticas e torna obrigatório o uso de sistemas e procedimentos energéticos eficientes em imóveis.

Além de aprovar os PLs, a CMSP adotou medidas, determinadas pelo presidente Antonio Donato (PT), para economizar até 20% de água no Palácio Anchieta. Dentre elas, as pias e torneiras dos banheiros passaram por manutenção e tiveram a vazão da água reduzida. A lavagem das escadas e dos pisos foi cortada e a limpeza dos corredores, pisos e escadas passou a ser feita com o mínimo de água. A CMSP também elaborou um folheto com orientações para se economizar. O material é distribuído na sede do Legislativo e pode ser baixado em www.camara.sp.gov.br.

Com informações do portal da Câmara

Trabalhos sobre gastronomia paulistana recebem prêmio

Em 28 de novembro, a CMSP premiou trabalhos acadêmicos e reportagens jornalísticas sobre a gastronomia paulistana. Ao todo, dez categorias foram contempladas com o Troféu São Paulo: Capital Mundial da Gastronomia 2014. Confira os vencedores:

Fotografia: *Virado à paulista* (Rafael Hupsel, *Revista Menu*)

Melhor guia: *Em dia guia delivery* (Paulo César Cardoso, PacPrommos Comunicação)

Reportagem de revista: *Saudosa padoca* (Daniel Spilotros, *Revista Espresso*)

Reportagem de rádio: *Churrasco na Copa* (Maria Teresa Cruz e Felipe Félix, *Bandnews*)

Reportagem de TV: *A queijaria* (Equipe Hoje Tem, *TV Gazeta*)

Reportagem de internet: *Balaio de ideia e sabores* (Mailson da Silva e Rosenildo Ferreira, *Papo Reto*)

Reportagem de vídeo para internet: *Festival Disco Xepa* (Wagner Rodrigo e Mayara Penina, *VilaMundo*)

Programa de TV: *Sabores de São Paulo – Chafé* (Chef TV)

Revista: *Revista Espresso*, ed. 44 (Café Editora)

Trabalho acadêmico: *Comida de rua, um guia de baixa gastronomia em São Paulo* (Bianca Paulino Chaer; orientadora: Helena Jacob; Faculdade Cásper Líbero)



Rafael Hupsel/Revista Menu

Virado à paulista, a foto vencedora

Registros da capital

O Arquivo Histórico de São Paulo e o da CMSP preservam documentos que datam desde 1562

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Longe de ser um amontoado de papéis velhos e empoeirados, o Arquivo Histórico de São Paulo (AHSP) e o Arquivo Geral da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) mantêm, de forma organizada e acessível, documentos elaborados pelo Parlamento paulistano que permitem saber como era São Paulo e por que se tornou essa metrópole.

“O arquivo é o local onde a memória institucional está preservada, onde se guardam documentos que são a expressão material das ações executadas pelo Poder Público”, define a coordenadora de Atendimento ao Usuário do AHSP, Karla Maestrini. “Essas informações podem ajudar o cidadão e a administração pública”, completa a historiadora e arquivista.

Funcionando em um prédio inaugurado em 1920, projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo para abrigar parte da Escola Politécnica, o AHSP conta em seu acervo com atas, mapas, plantas cartográficas, fotos, vídeos e livros referentes ao Município. Um dos destaques são as atas da Câmara Municipa-

pal de 1562 a 1903. A CMSP foi fundada em 1560, mas os documentos referentes aos dois primeiros anos não foram preservados.

O AHSP guarda também as atas da Câmara Municipal de Santo André da Borda do Campo, a primeira vila fundada no Planalto de Piratininga, em 1553. Por questões de segurança, em 1560 os moradores da vila se mudaram para São Paulo, na época apenas um aldeamento de jesuítas. Com a transferência, a atual maior capital brasileira passou a ser uma vila e a ter Câmara Municipal.

PAPÉIS HISTÓRICOS

Grande parte dos documentos dos séculos 20 e 21 sobre a CMSP pode ser encontrada no Arquivo Geral da Casa, localizado no Palácio Anchieta, sede do Parlamento municipal. “Esses papéis servem de prova das atividades realizadas aqui na Câmara e, com o passar dos anos, tornam-se um suporte da memória da instituição”, explica o historiador Ubirajara de Farias Prestes Filho, supervisor da unidade. Segundo ele, esses regis-

MONUMENTAL
Sede do Arquivo Histórico de São Paulo, projetada pelo arquiteto Ramos de Azevedo



tros “adquirem um grande valor cultural para o Município”.

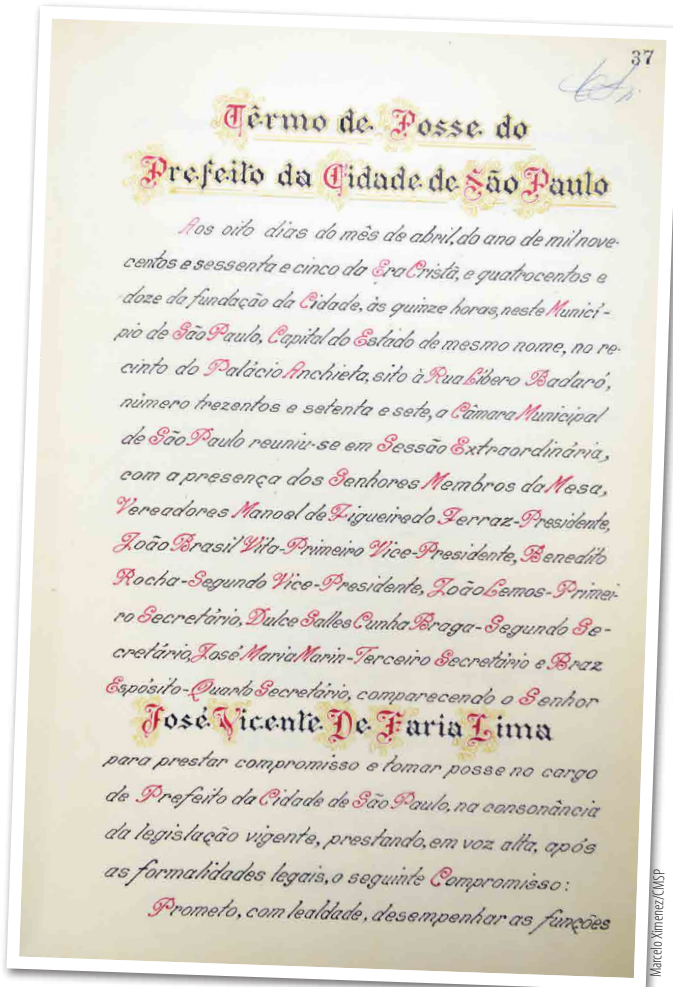
O Arquivo Geral da CMSP guarda cerca de 340 mil documentos, com destaque a projetos dos vereadores. Parte deles, a partir de 1948, está digitalizada e pode ser acessada pelo portal www.camara.sp.gov.br, na seção *Transparência > Dados abertos > Dados disponibilizados em formato aberto > Processos digi-*

talizados. “A unidade recebe todos os documentos produzidos pela Câmara e cuida do gerenciamento deles”, explica Prestes Filho.

O historiador conta que o Arquivo da Câmara existe desde o século 16, quando surgiu a necessidade de guardar os documentos produzidos pelos vereadores. “Há registros de que os documentos eram postos em um baú, que já era um arquivo.”



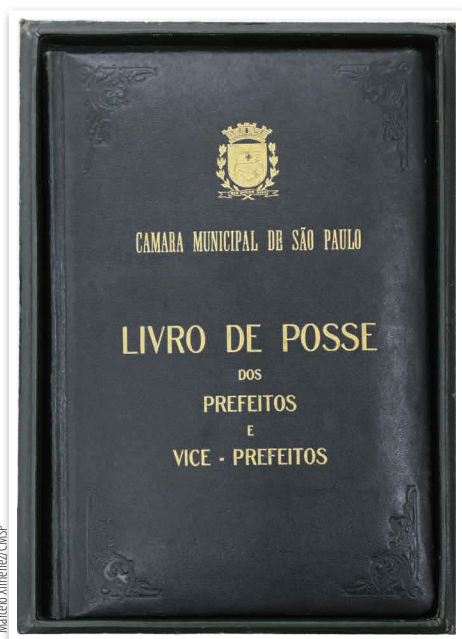
REGISTROS • “Arquivo é onde a memória institucional está preservada”, diz Karla Maestrini, do AHSP



ACERVO
Termo de posse do prefeito Faria Lima, em 1965, está arquivado na CMSP



RELÍQUIAS • As primeiras atas preservadas da CMSP, de 1562, estão no Arquivo Histórico de São Paulo



Entre os destaques do acervo da CMSP, Prestes Filho cita alguns requerimentos populares. Um deles é um abaixo-assinado entregue por comerciantes da região central paulistana, em 1898. O documento solicitava à Câmara providências para impedir que mascates turcos e italianos vendessem produtos aos domingos e dias santos, “fazendo, por essa forma, cessar tão revoltantes iniquidades, quer em benefícios dos suplicantes, quer em benefício dos próprios

cofres dessa excelentíssima Câmara ou da sociedade”. Na época, segundo a lei, as lojas tinham de fechar nessas datas.

REGRAS

A Câmara Municipal instituiu, em 1990, a Comissão de Avaliação de Documentos (CAD), formada por funcionários de vários setores da Casa, para atuar na redução da massa documental acumulada no Arquivo, sem prejuízo da conservação das informações; determinar o ciclo de

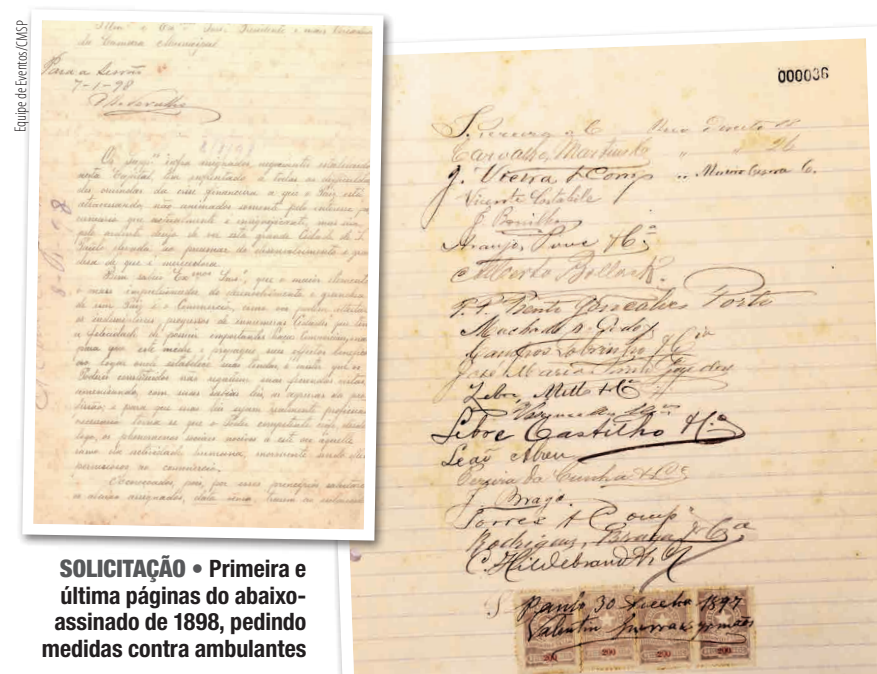
vida útil dos documentos, identificando o que pode ser eliminado em curto, médio e longo prazos; e identificar os documentos a serem preservados em caráter permanente, entre outras metas. “O objetivo da CAD é determinar o que deve ser preservado e o que pode ser eliminado, além de quais documentos são sigilosos”, diz Prestes Filho.

Um dos resultados do trabalho da comissão foi que a CMSP passou a seguir uma tabela de temporalidade documental, instrumento que estabelece os prazos de guarda e os parâmetros para destinação dos documentos produzidos e recebidos. A CAD determina, por exemplo, quanto tempo um documento deve permanecer na unidade administrativa ao final de sua tramitação e se deve ser eliminado ou arquivado. Atualmente, a Câmara é o único Parlamento municipal do Estado de São Paulo a ter uma tabela aprovada.

O Arquivo Geral da CMSP também faz parte de um grupo, organizado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, para orientar os municípios sobre como devem guardar seus documentos. “Atualmente, a sociedade está mais consciente sobre a importância dos arquivos e há leis que garantem sua preservação”, comemora o historiador.

SERVIÇO

Arquivo Histórico de São Paulo
Praça Coronel Fernando Prestes, 152 - Luz. Fone: 3396-6025
Funcionamento: de segunda a sábado, das 9h às 17h
www.arquivohistorico.sp.gov.br
Arquivo Geral da CMSP
Informações: sgp33@camara.sp.gov.br
www.camara.sp.gov.br



SOLICITAÇÃO • Primeira e última páginas do abaixo-assinado de 1898, pedindo medidas contra ambulantes

Rei da fuzarca e dos votos

Em 30 anos, ele foi de vereador a presidente. Cantava óperas e marchinhas, mas a personalidade encantadora não o salvou de ser traído, deposto e exilado

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

A apaixonado pela velocidade dos automóveis e por outras inovações tecnológicas, boa pinta e preso às tradições da política do café-com-leite, Washington Luís teve uma carreira política intensa. Foi vereador em duas cidades (Batatais e São Paulo), intendente da primeira e prefeito da segunda, deputado estadual, presidente do Estado, senador e, finalmente, presidente da República, deposto e exilado na Revolução de 30. Político que muito fez pelo progresso, tornou-se o símbolo do fim da República Velha.

Nos cargos que ocupou, procurou deixar marcas duradouras de um administrador moderno, afinado com as inovações tecnológicas da época, como o automóvel, e buscando a eficiência das políticas e dos funcionários públicos.

Washington Luís construiu uma “imagem de *self-made man*, de um homem de ação não só no desenvolvimento de políticas governamentais, mas também na montagem dos instrumentos burocráticos, que muitas vezes eram inexistentes”, explica à **Apartes** o historia-

dor Robson Mendonça Pereira, especialista em política paulista nas primeiras décadas do século 20.

“Ele se destacava por conduzir e potencializar os esforços de pessoas em torno de objetivos comuns”, conta o pesquisador, que completa: “O ex-presidente usava o marketing pessoal tanto para mostrar a força dos bandeirantes, quanto a audácia dos administradores modernos, antecipando algumas estratégias dos governantes populistas pós-Revolução de 30”.

Washington Luís Pereira de Sousa nasceu em 26 de outubro de 1869, em Macaé, no litoral norte do Rio de Janeiro. Primogênito de uma família de fazendeiros, ele se formou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, aos 22 anos. Apesar de fluminense, foi no Estado de São Paulo que construiu sua vida política, tanto que era chamado de “o paulista de Macaé”.

Uma oportunidade de emprego como advogado o levou a se mudar para Batatais. Nessa cidade do nordeste paulista, durante um sarau, conheceu Sofia, filha de Rafael Paes de Barros, barão de Piracicaba e importan-



PERFIL | Washington Luís

te chefe político da região. Começaram o namoro, casaram-se em 1900 e tiveram quatro filhos: Florinda, Rafael Luís, Caio Luís e Vítor Luís.

Um dos netos do casal, Fernando Luiz Pereira de Souza, filho de Caio Luís, não conheceu a avó, que morreu em Lausanne, na Suíça, em 1934, durante o exílio junto do marido. Com o avô só teve contato aos 11 anos. Atualmente com 79, Fernando se lembra de Washington Luís como um homem recluso, muito fechado. “Ele conversava pouco com os netos, preferia passar a maior parte do tempo na imensa biblioteca de sua casa”, recorda-se o neto. “Era um intelectual, vivia escrevendo”, define.

No tempo de escola, Fernando sentia-se pressionado por causa do parentesco com o ex-presidente. “Todo mundo dizia que eu, sendo neto de Washington Luís, uma parte da história do Brasil, tinha de me sair bem nessa matéria”, conta.

Além de político, Washington Luís foi historiador. Escreveu o livro *A Capitania de São Paulo* e criou o Museu Republicano Convenção de Itu, quando era governador. Durante sua gestão como prefeito de São Paulo, contratou o taquígrafo Manuel Alves de Souza para decifrar as atas da Câmara Municipal de 1555 a 1826. Foi também membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Arqueológico de São Paulo.

PRIMEIROS CARGOS

Em Batatais, foi eleito vereador em 1895. Dois anos depois, tornou-se intendente (antigo nome do chefe do Executivo municipal), realizando um governo que recebeu elogios dos batataenses. “Ele tornou mais técnica a gestão municipal, empenhando-se em resolver questões práticas, como a necessidade de aumento de captação de água potável”, afirma Robson Pereira em seu livro *Washington Luís na administração de São Paulo*.

SUCCESSÃO • Em 1924, passou o cargo de governador a Carlos de Campos (à esquerda)



A atuação como intendente de Batatais e, depois, como secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado impressionou o presidente de São Paulo (cargo correspondente ao de governador, atualmente), Bernardino de Campos, que procurava um político jovem, mas experiente, para reforçar a influência do Partido Republicano Paulista (PRP) na capital. Assim, Campos convidou Washington Luís, que já era líder da maioria no Congresso estadual (na época, havia Câmara e Senado estaduais), para se candidatar a vereador e, caso vencesse, ser escolhido prefeito. No começo do século 20, a eleição para a Prefeitura era indireta e, para se tornar chefe do Executivo municipal, antes era necessário ser eleito vereador, por votação direta. Essa situação ocorreu com os três primeiros prefeitos de São Paulo: Antônio Prado (1889-1911), Raimundo Duprat (1911-1914) e Washington Luís (1914-1919).



MUDANÇA • Com o início da Segunda Guerra, o ex-presidente foi morar nos EUA

ENTRE O POVO • Durante o mandato de presidente, costumava andar pelas ruas da então capital federal, Rio de Janeiro



LONGE • Sofia foi a única ex-primeira-dama brasileira a morrer no exílio, em 1934

um trabalho enorme para remodelar uma cidade como a capital de São Paulo”.

No relatório de prestação de contas referente a 1914, apresentado à CMSP, o prefeito admitiu que “a situação financeira do Município, diante da perspectiva que nos fazia entrever a conflagração europeia (Primeira Guerra Mundial), não aconselhava que a Prefeitura se abalancasse às grandes obras, que a população tinha o direito de esperar por tempos normais”. Washington Luís explicou que sua gestão se limitou a concluir obras cuja interrupção “traria a ruína ao que já fora feito” e a executar obras contratadas, já em andamento, “cuja suspensão daria lugar a indenizações”.

FEIRAS LIVRES

Em 1914, na tentativa de controlar a disparada dos preços e ajudar os pequenos agricultores da zona rural da cidade, Washington Luís criou as feiras livres, também chamadas de mercados francos, para suprimir os intermediários. Ele era um entusiasta desse tipo de comércio. “A Prefeitura designa em dias e horas determinados os lugares em que se devem realizar os mercados, sem aí fazer instalação de espécie alguma, e vê que, nesses lugares, às horas marcadas, se reúne uma multidão enorme para vender e para comprar”, afirmou em relatório enviado à CMSP. Segundo ele, o Município “consegue um resultado de grande alcance”: o barateamento do produto, sem prejuízo para o produtor, pela aproximação com o consumidor.

Outra herança da gestão de Washington Luís na Prefeitura que dura até hoje é o brasão da cidade. Em 1916, ele lançou um edital de concorrência para a criação do símbolo. A proposta vencedora foi a do pintor José Wash Rodrigues e do poeta Guilherme de Almeida. O brasão, oficializado em 8 de março de 1917, é formado por um escudo com um braço empunhando a bandeira da cruz de Malta (símbolo

da Ordem de Cristo) usada pelos navegantes portugueses, simbolizando a fé cristã. As laterais são adornadas por ramos de café, principal riqueza de São Paulo na época. A divisa “Non ducor duco” quer dizer “Não sou conduzido, conduzo”, e valoriza a independência das ações desen-



REGRESSO
Washington Luís desembarca no Rio de Janeiro, em 1947, após 17 anos no exílio

volvidas pela cidade e seu papel de liderança no Estado e no País.

MANOBRA

Washington Luís enfrentava uma oposição ferrenha na CMSP, o que ameaçava sua reeleição. Como era amigo do novo presidente do Estado, Altino Arantes Marques, o prefeito lhe propôs uma lei tornando diretas as eleições para o Poder Executivo da capital. A influência de Altino foi decisiva para que o Congresso estadual aprovasse a mudança. Assim, em 1916, Washington Luís, candidato único, reelegeu-se para mais um triênio, mas pelo voto popular.

O segundo mandato (1917-1919) foi marcado pelo que os historiadores chamam de 4 Gs: guerra, geadas, greve e gripe. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) prejudicou bastante as exportações brasileiras de café, produto que estava sendo danificado pelas geadas. Houve uma crise econômica e os preços dispararam. O movimento sindical, de orientação anarquista, começou a protestar e convocou

uma greve geral em julho de 1917. Segundo o historiador Robson Pereira, a imprensa divulgava números divergentes sobre os operários parados. No auge, o movimento alcançou por volta de 15 mil a 20 mil grevistas, enquanto as lideranças anarquistas falavam em 70 mil.

O presidente do Estado, Altino Arantes, chamou Washington Luís para fazer parte da comissão que iria intermediar as negociações. O prefeito garantiu empenho na fiscalização e controle dos preços de primeira necessidade e no aumento do número de feiras livres, fazendo-as funcionar duas vezes por semana. Mas alegou que a Prefeitura não tinha condições de ajudar ainda mais os grevistas.

Hoje, muita gente credita a Washington Luís a frase “a questão social é um caso de polícia”. Ele negava com veemência a autoria. Mas, quando se lançou candidato ao governo paulista, em 1920, afirmou, referindo-se ao movimento sindicalista, que “em São Paulo, pelo menos, a agitação operária é uma questão que interessa mais à ordem pública do que à



DESTAQUE
Quadro de Antonio Rocco, retratando Washington Luís, está exposto na sala da Presidência da CMSP

ordem social; representa ela o estado de espírito de alguns operários, mas não o estado de uma sociedade”.

PANDEMIA

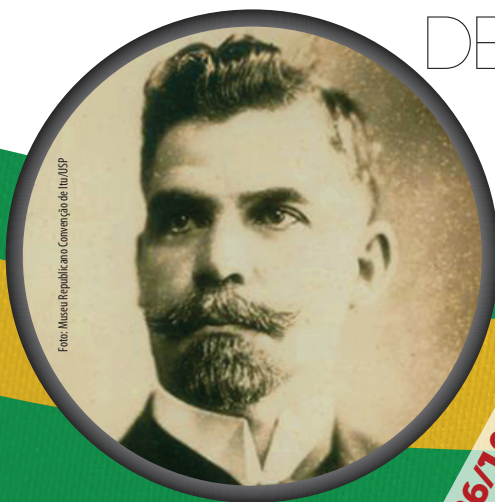
Em 1918, Washington Luís enfrentou o inimigo mais mortal de sua gestão, a gripe espanhola. Em outubro daquele ano, a CMSP aprovou

por unanimidade uma resolução concedendo ao prefeito a responsabilidade de tomar as medidas para combater a pandemia. O esforço da Prefeitura foi, principalmente, garantir o abastecimento de comida, regularizar o serviço de limpeza e o funcionamento dos cemitérios e sepultamentos durante a crise.

O prefeito ampliou os cemitérios do Brás, do Araçá e de São Miguel. Em outros, foi instalada iluminação elétrica para permitir sepultamentos noturnos. Também faltava mão de obra nesses locais. “O desgosto de lidar com cadáveres, o medo de contrair a moléstia epidêmica, os ataques desta às pessoas ocupadas nos serviços internos dos cemitérios dificultam tal serviço, pelo que, não obstante a elevação dos salários, não era fácil encontrar pessoal que quisesse”, afirmava o relatório sobre as atividades da Prefeitura daquele ano. Esse documento, que está no Arquivo da Câmara, é considerado pelos historiadores como a única fonte oficial sobre como a cidade reagiu à pandemia.

Em seis semanas, a gripe espanhola atingiu 116.777 paulistanos (22,32% dos habitantes da capital) e o número de mortos chegou a 5.214 (1%). Apesar do volume de vítimas, Washington Luís defendeu, no relatório do final de ano, a atuação da Prefeitura, comparando a gripe espanhola à peste negra, que assolou a

POLÍTICO
DE TODAS AS **ESFERAS**



26/10/1869 • Washington Luís nasce em Macaé (RJ)

1891 • Forma-se em direito no Largo de São Francisco em Batatais (SP)

1897 • Eleito vereador de Batatais

1897 • Torna-se intendente Paes de Barros

1900 • Casa-se com Sofia

1904 • Elege-se deputado estadual de SP

1906 • Nomeado secretário de Justiça e Segurança Pública de SP

1913 • Torna-se vereador paulistano. Meses depois é escolhido prefeito por votação direta

1917 • Elege-se prefeito de SP presidente do Estado de SP

1920 • Chega ao cargo de presidente do Estado de SP

1925 • Volta ao RJ como senador

1926 • Alcança o posto de presidente da República de 30, parte para o exílio

1930 • Deposto pela Revolução de 30, parte para o exílio

1934 • Sua esposa morre na Suíça

1947 • Retorna ao Brasil após 17 anos exilado

4/8/1957 • Morre em SP



Europa na Idade Média. “Em toda a parte, a aparição virulenta foi brusca e sua disseminação fulminante; nós, como todas as grandes cidades, pagamos o equivalente tributo ao inimigo insidioso”, afirmou o prefeito.

ESTRADAS E FARRAS

Graças ao prestígio que conseguiu na Prefeitura de São Paulo, Washington Luís foi eleito para a Presidência do Estado, em 1920. Seu governo foi marcado pela abertura de estradas para automóveis, como a São Paulo-Santos e a São Paulo-Sorocaba. “Governar é abrir estradas”, dizia já na campanha eleitoral. Quando apresentou sua plataforma de governo, declarou: “As estradas facilitam a circulação do jornal, o acesso à escola, concorrendo para a difusão dos conhecimentos e da instrução; garantem a segurança à propriedade e mais pronta assistência às pessoas; são as sementeiras de cidade”.

Dois anos depois, em uma mensagem ao Senado estadual, fez um comentário sobre as mudanças que as estradas estavam provocando: “Encontro novas casas, onde estava o silêncio e o abandono, novos campos lavrados, onde havia o brejo, e as próprias estradas ruidosas, pejudadas de carros a transportarem as colheitas”. Seus aliados o elogiavam, chamando-o de “estradeiro”. Já os adversários diziam que era apenas um “general de estrada de bobagem”.

Como ocorria frequentemente durante a República Velha, após sair da Presidência de São Paulo, Washington Luís foi candidato único a presidente do Brasil. Essa escolha dava prosseguimento à política café-com-leite, em que as oligarquias de São Paulo (grande produtor de café) e Minas Gerais (maior produtor de leite) revezavam-se

no comando do País. Assumiu em 1926 e convidou um deputado federal gaúcho para o Ministério da Fazenda: Getúlio Vargas.

Segundo Lira Neto, um dos mais destacados biógrafos nacionais, o início do governo transcorreu sem problemas. “A popularidade de Washington Luís estava nas alturas; muito contribuía para isso sua personalidade extrovertida, sua boemia sofisticada, a presença constante do presidente em saraus, teatros e bailes carnavalescos”, explica Lira Neto no livro *Getúlio: Dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. “O cavanhaque cultivado com esmero, o bigode estruturado com brilhantina, o fraque impecável e a indefectível cartola ajudavam a compor uma imagem elegante e sedutora, sublinhada pelos olhos vivazes, que costumavam arrancar suspiros femininos”, descreve o escritor.

Durante sua presidência, uma hospitalização repentina causou preocupação. Oficialmente, a causa foi uma apendicite. Atualmente, alguns historiadores afirmam que



ITUANO • Em uma das últimas aparições públicas, em 1953, recebeu o título de cidadão de Itu

Coleção Washington Luís/Museu Republicano Convenção de Itu/USP



Coleção Washington Luís/Museu Republicano Convenção de Itu/USP

HOMENAGEM • Paulistanos fazem festa para receber o ex-presidente, na volta do exílio

o ex-presidente recebeu um tiro de sua amante, a marquesa italiana Elvira Vishi Maurich, então com 28 anos, quando estavam no Copacabana Palace. Quatro dias depois, a jovem foi encontrada morta. Segundo a polícia, suicídio.

Na Presidência da República, Washington Luís ficou famoso também por cantar frequentemente árias de óperas ou marchinhas de carnaval, o que lhe valeu o apelido de Rei da Fuzarca (farrá).

Entretanto, o clima de festa não durou muito. Veio a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, detonando a economia mundial. A insatisfação com o governo aumentou bastante e, em 1930, uma revolução, liderada pelo ex-ministro Getúlio Vargas, começou em várias regiões do País. Naquele momento, a Câmara paulistana foi fiel a seu antigo membro. Os vereadores aprovaram uma decisão para que o manifesto do presidente fosse



Guitte Gabeletto/CUSP

RECLUSO • “Ele passava muito tempo na biblioteca”, lembra-se o neto Fernando Luiz

amplamente divulgado na cidade. Escrito em 9 de outubro, no documento Washington Luís garantia que os revoltosos não venceriam “pelas armas, traço primitivo e selvagem processo de resolver questões políticas”.

Quinze dias depois, uma junta militar, que assumiu o poder antes de entregá-lo a Getúlio, foi ao Palá-

cio Guanabara, no Rio de Janeiro, sede do governo federal na época, exigir que o presidente renunciasse. Ele recusou e disse que lutaria até a morte. O cardeal-arcebispo do Rio, dom Sebastião Leme, foi chamado para intermediar um acordo. Quando falou com Washington Luís ouviu a declaração: “Já não tenho soldados nem armas, sou prisioneiro neste salão, o palácio e o jardim estão invadidos pelos soldados; deixarei, pois, o palácio, cedendo à violência”.


O cardeal fez questão de acompanhar o presidente até o Forte de Copacabana, onde passaria a noite antes de embarcar, no dia seguinte, para o exílio. Segundo dom Sebastião, o presidente deposto dirigiu-se ao comandante do quartel e lhe entregou o revólver que portava: “Sou prisioneiro, para que esta arma?”.

RECLUSÃO

O exílio de Washington Luís durou 17 anos, o maior de um ex-presi-

dente brasileiro. Começou na Europa, onde morou em países como Portugal, França e Suíça. Durante a temporada europeia, enviuvou. Em 1934, Sofia Paes de Barros morreu na Suíça. Foi a única ex-primeira-dama a morrer no exílio.

Quando começou a Segunda Guerra Mundial, Washington Luís mudou-se para Nova York. Voltou ao Brasil apenas em 1947, justificando que o País tinha voltado ao Estado de direito. O ex-presidente foi recebido com festa no Rio e em São Paulo. Da estação ferroviária do Brás até a casa de sua filha no Jardim América, um trecho de cerca de 10 quilômetros, o carro que o transportava levou duas horas, por causa da multidão que queria saudá-lo.

Uma das poucas aparições públicas que fez após a volta do exílio foi em 1953, em Itu (SP), onde recebeu o título de cidadão daquela cidade. “Eu precisava demonstrar que não sou apenas um paulista de Macaé”, brincava. Poucos anos depois, em 4 de agosto de 1957, aos 87 anos, faleceu em São Paulo. 

SAIBA MAIS

Livros

Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919). Robson Mendonça Pereira. Editora Unesp, 2010.
Washington Luís (Visto pelos contemporâneos no primeiro centenário de seu nascimento). Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 1968.
Getúlio: Dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). Lira Neto. Companhia das Letras. 2012.

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
 /RevistaApartes  @RevistaApartes

A força da grana e as coisas belas

Leis aprovadas na CMSP buscam preservar espaços culturais ameaçados pela especulação imobiliária

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

ADEUS
Atores da companhia Bartolomeu em *Baderna*, última peça antes da demolição do teatro

Os homens chegaram na manhã de 27 de novembro, armados com dez caminhões, quatro viaturas policiais e um papel. Pararam diante da sede da companhia teatral Núcleo Bartolomeu de Depoimentos, na Pompeia (zona oeste de São Paulo), e mostraram o papel. Era uma ordem de despejo em favor de uma incorporadora, que havia comprado o imóvel para botá-lo abaixo e erguer um condomínio no lugar.

Foi tudo muito rápido. Bastou um dia para as marretas derrubarem as paredes que continham a história do grupo, fundado em 2000, quando criou a linguagem do “teatro hip-hop”, misturando a arte teatral, surgida nos cultos da Grécia

antiga ao deus Dionísio, com o ritmo e a poesia criados pelos negros do bairro nova-iorquino do Bronx, nos anos 70. Outros pedaços dessa história, contada em cenários e figurinos, prêmios e grafites, foram colocados em caixas e despachados nos caminhões.

Para os homens encarregados da remoção, tudo aquilo era nada. “Isso aqui não é mudança, é um despejo”, foi a resposta mal-humorada que a atriz Roberta Estrela D’Alva ouviu quando pediu a um dos carregadores que tomasse cuidado para não quebrar os cenários. Em meio aos escombros, enquanto a atriz e dramaturga Cláudia Schapira via na queda do teatro “a profanação de um tem-

plo, como é toda casa de Dionísio”, o dono da empresa encarregada da retirada enxergava ali só mais um trabalho, e dos mais fáceis. “Eu removi 1.500 famílias de Pinheirinho em dois dias. Isso aqui não é nada”, disse o empresário para os atores, orgulhoso do próprio currículo.

É uma cena que pode voltar a se repetir dezenas de vezes. Um levantamento feito em 2014 pela Cooperativa Paulista de Teatro apontou que São Paulo tem 22 teatros de rua que podem ser riscados do mapa, por causa de projetos imobiliários ou de aumentos exagerados nos valores dos aluguéis (veja a lista na pág. 27). Desses, dois já fecharam: o CTI-Ecum, em maio, e o Bartolomeu, em novembro. “Estamos sendo literalmente apagados da história”, afirma Rudifran Pompeu, presidente da Cooperativa. Um problema que não é só dos teatros:

um dos últimos cinemas de rua, o Belas Artes, quase foi fechado para dar lugar a uma loja.

Para o DJ e ator Eugênio Lima, um dos despejados do Bartolomeu, essa não é uma briga só dos artistas: a cada teatro de rua fechado, a cidade perde um de seus poucos espaços de convívio. “Estamos vendo a ação do 1% mais rico que transformou a cidade num canteiro de obras e quer pautar todas as formas de convivência”, afirma.

Os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) vêm adotando ações e criando ferramentas legais para tentar impedir o fechamento dos espaços de cultura. Antes disso, há 13 anos, a CMSP já estava na origem no processo que levou à proliferação dos teatros de rua.

“A partir de 2002, com a Lei do Fomento, aprovada na Câmara,

houve um incremento na atividade teatral em São Paulo e vários grupos começaram a estabelecer sedes próprias”, conta Dorberto Carvalho, vice-secretário da Cooperativa Paulista de Teatro. A Lei 13.279/2002, que implantou o Programa Municipal de Fomento ao Teatro, surgiu de um projeto do ex-vereador e atual deputado federal Vicente Cândido, a partir das bandeiras levantadas pelo movimento de coletivos teatrais Arte Contra a Barbárie. Há 13 anos, o programa financia a manutenção e criação de projetos de trabalho continuado de pesquisa e produção teatral.

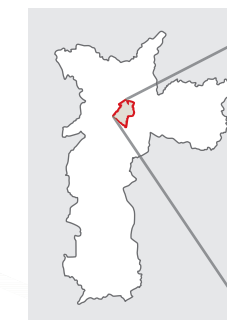
Com os recursos do Fomento, as companhias garantiram muito mais do que o pão de cada dia. Mergulharam em investigações sobre o fazer teatral, promoveram oficinas, cursos, shows, debates e encontros com os moradores dos bairros onde haviam erguido seus palcos e alcançaram novos públicos. Como descreve Eugênio Lima, “determinados segmentos da sociedade se juntaram para fazer do teatro sua voz, e o número de grupos aumentou exponencialmente. Na década de 90, todos queriam ter uma banda de rap. Agora, querem ter um grupo de teatro”.

Os novos locais de cultura ajudaram a mudar cenários reais da paisagem urbana, ao atrair pessoas e ocupar espaços esvaziados. Com o tempo, alguns teatros viraram vítimas da própria valorização que ajudaram a provocar.

PALCO QUE TRANSFORMA

“Desculpa, mas na Roosevelt eu não piso.” Rodolfo García Vázquez e Ivam Cabral, criadores da companhia Os Satyros, fundada em 1989, ouviram algumas vezes isso, da boca

Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Paulista/Luz



- Primeiro da cidade, criado pelo Plano Diretor
- Estimula iniciativas locais na cultura, educação e meio ambiente
- Incentiva espaços e atividades de economia criativa, negócios sustentáveis e iniciativas econômicas de caráter solidário e cooperativo
- Identifica bens, imóveis e paisagens significativas e áreas protegidas

- Estimula grupos culturais independentes, coletivos, cooperativas e pequenos produtores culturais
- Qualifica os espaços públicos e revitaliza áreas abandonadas
- Prevê concessão de benefícios fiscais, isenção de taxas, simplificação na concessão de alvarás, convênios e orientação técnica e jurídica
- Outros TICPs podem ser criados nos Planos Regionais

Fonte: Plano Diretor (Lei 16.050/2014)

* O PDE também instituiu o TICP Jaraguá/Perus, que será regulamentado no Plano Regional

DESPEJO
Rosane Almeida na atual sede do Brincante, que deixará no final do ano



Ricardo Rocha/CMSP

de jornalistas e críticos teatrais, quando resolveram montar um teatro na Praça Roosevelt, em dezembro de 2000. Embora os Satyros fossem um grupo conhecido, com encenações realizadas desde Londres até Kiev, era dureza convencer as pessoas a ver um espetáculo da companhia numa região decadente do centro de São Paulo, ocupada principalmente por traficantes, skatistas e travestis.

“A gente podia ter escolhido Cerqueira César ou Vila Madalena, mas escolhemos a Roosevelt porque queríamos um espaço mais democrático, que várias pessoas pudessem acessar”, lembra Rodolfo. Os Satyros levaram a praça para o palco, ao convidar gente da cena local para participar das montagens – uma das travestis da região, a cubana Phedra de Cordoba, tornou-se

diva da companhia. O palco também invadiu a praça, por meio de eventos como o festival Satyrianas, realizado a cada primavera.

O trabalho do grupo movimentou a Roosevelt, que também recebeu bares e outros teatros, como o Parlatatões, e logo se transformou num dos endereços mais importantes da cultura e da noite paulistana. “O exemplo da Roosevelt mos-



Marcelo Ximenez/CNSP

PIONEIROS • Rodolfo, do Satyros, teatro que ajudou a revitalizar a Praça Roosevelt

tra que é muito mais interessante para o Poder Público acreditar no potencial urbanístico revolucionário da arte do que investir em projetos megalomaniacos que nem sempre têm o mesmo impacto de um teatro”, afirma Rodolfo.

Com a revitalização, o preço dos aluguéis nas imediações da Roosevelt explodiu, mandando embora os antigos moradores e passando a ameaçar também os grupos de teatro, justamente os responsáveis pela valorização. “Quando chegamos, pagávamos R\$ 1,2 mil de aluguel. Hoje, o mesmo espaço cobra

R\$ 7 mil”, compara Rodolfo. Segundo ele, parte dos novos moradores, que chegou após a revitalização, sonha com uma Roosevelt mais silenciosa, sem bares, festas nem teatros. “Veio para cá uma classe média que passou a lutar pela higienização da praça. Fazem um movimento forte para tirar os skatistas e proibir eventos ao ar livre”, conta.

Além da Roosevelt, outras regiões do centro foram redescobertas pela população e, assim, caíram nas graças do mercado de imóveis. Se, nos anos 1990, os 38 distritos do centro expandido perderam 11%



Guilherme Garbelotto/CNSP

DEPOIS • Cine Belas Artes hoje, após reinauguração

tes e ganhar tempo para chegar a uma solução”, explica o vereador Eliseu Gabriel, que presidiu a comissão. Ele conta que, após a CPI, deixou a Câmara para assumir a Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho. Eliseu atuou, junto com o secretário de Cultura da época, Juca Ferreira, em busca de uma solução para o Belas Artes. O resultado veio com uma parceria entre o cinema e a Caixa Econômica Federal, intermediada pela Prefeitura.

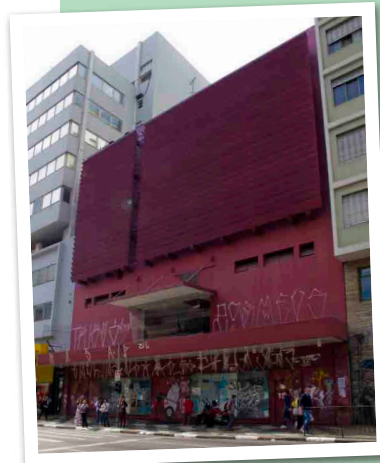
Rebatizado como Cine Caixa Belas Artes, reabriu suas salas de exibição em agosto passado, ajudando a manter viva parte da história cultural da cidade. “Durante décadas, o Belas Artes foi um formador de gerações e de visões de mundo. Se você tira isso, mata um pedaço do

CPI ajudou a salvar cinema

O Cine Belas Artes fechou as portas em março de 2011, após 68 anos de história, porque seu proprietário queria retomar o imóvel para abrir uma loja. O fechamento de um dos cinemas mais tradicionais da cidade motivou a

criação de um movimento de resistência que incluiu passeatas, protestos, bicicletadas, abaixo-assinados com 16 mil assinaturas e um pedido de tombamento do imóvel no Conpresp, inicialmente arquivado.

Em abril de 2012, entrou em cena a Câmara Municipal, com a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a decisão do Conpresp. “A CPI teve o papel de mostrar a importância do Belas Ar-



Mozart Gomes/CNSP

ANTES • Cine Belas Artes em 2013, com as portas fechadas



da população, na década seguinte esses mesmos locais receberam 8,7% mais pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisados pelo urbanista Anderson Kazuo Nakano em sua tese de doutorado em demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Um dos primeiros espaços culturais a sentir o impacto dessa revalorização do centro foi o Cine Belas Artes, fechado em 2011. Mas a reabertura do cinema, no ano passado, graças a um movimento

que envolveu diversos setores da cidade, mostrou que é possível resistir (veja box na pág. ao lado).

RIQUEZAS DE UM POVO

Para o teatro-escola Instituto Brincante, instalado desde 1993 em uma antiga fábrica de lustres da Rua Púrpura, na Vila Madalena, a resistência veio na forma de uma campanha com o mote “#ficabrincante”, disparada nas redes sociais por amigos do grupo. Em julho do ano passado, Antônio Nóbrega e Rosane Almeida, o casal de multiartistas que criou o es-

paço, recebeu uma ordem de despejo informando que tinha um mês para deixar o teatro. A história de sempre: proprietário que vende imóvel para dar lugar a um condomínio.

Graças à campanha, Antônio e Rosane conseguiram adiar a saída para o final de 2015. Depois disso, o Brincante deve se mudar para duas casinhas que o casal possui ao lado do prédio atual, que serão reformadas para virarem um centro cultural. Rosane conta que pensou em largar tudo e se aposentar, mas o #ficabrincante a fez mudar de ideia.

“Essa devolutiva que eu tive da sociedade, tão carinhosa, só acordou em mim um desejo de começar outra fase do trabalho”, diz.

A cada vez que um condomínio sepulta um teatro, Rosane acredita que a cidade coloca em risco um dos principais patrimônios do Brasil: a qualidade do seu povo. Esse povo que, sem ganhar dinheiro algum, movido pelo desejo de agradecer pela vida, criou riquezas como frevo, maracatu, bumba-meu-boi, reisados e outras complexidades artísticas que hoje o Brincante ensina e

Prêmios e isenções

Além da Lei do Fomento e do Plano Diretor, a CMSP tem outras leis e projetos de apoio ao teatro paulistano. Uma delas é o Prêmio Zé Renato, implementado pela Lei 15.951/2014, proposta por Floriano Pesaro (PSDB), José Américo (PT), Orlando Silva (PCdoB) e Reis (PT), que premia projetos de produção e apresentação de espetáculos teatrais com valores de até R\$ 200 mil.

Já o Projeto de Lei (PL) 888/2013, elaborado por Andrea Matarazzo (PSDB), Pesaro, José Américo, Nabil Bonduki e Ricardo Nunes (PMDB), concede isenção de IPTU para os espaços teatrais. A proposta foi aprovada em primeira votação e segue em tramitação na CMSP.

encena. “Se não prestar atenção, a gente vai deixar de ser bem-humorado, criativo, generoso, para ser tão mesquinho, violento e cruel quanto as outras nações”, alerta.

FERRAMENTAS DE PROTEÇÃO

Os teatros também resolveram resistir pressionando o Poder Público. As companhias se uniram num grupo chamado Movimento dos Teatros Independentes de São Paulo (Motin) e, por meio da Cooperativa Paulista de Teatro, com o apoio da Secretaria Municipal da Cultura, conseguiram que os 22 teatros ameaçados fossem registrados no Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), em 30 de setembro, como patrimônio imaterial. O registro imaterial, contudo, é apenas um começo, pois não garante, sozinho, a permanência de nenhum grupo – tanto que não conseguiu impedir a demolição, bastante material, do Bartolomeu.

Os artistas também participaram das discussões para a elaboração do Plano Diretor Estratégico (PDE), aprovado em junho pelos vereadores. “O Plano Diretor busca uma cidade aberta, solidária, em que sua gente não fique segregada nos espaços privados. Essa é uma visão que dialoga com a cultura”, explica o vereador licenciado Nabil Bonduki (PT), relator do PDE e atual secretário municipal de Cultura. Para garantir espaço às manifestações culturais, a lei limita os poderes do mercado. “Uma cidade não é só o negócio imobiliário. Também tem uma dimensão social, cultural e ambiental”, afirma o secretário.

A principal ferramenta do PDE para preservar espaços culturais ameaçados pela expansão imobili-



PRESIDENTE • Eliseu Gabriel comandou a CPI do Cine Belas Artes, em 2012

ária foi a criação da Zona Especial de Preservação Cultural – Área de Preservação Cultural (Zepec-APC), com objetivo de preservar “imóveis de produção e fruição cultural”. Além de serem beneficiados com incentivos fiscais e isenção de taxas municipais, as propriedades que o Município enquadrar como Zepec-APC não podem ser demolidas sem a autorização do órgão competente. A ferramenta ainda não salvou nenhum espaço cultural porque aguarda regulamentação da Prefeitura.

VEM PRA RUA

Outra novidade trazida pelo Plano Diretor são os Polos de Economia Criativa (PEC) e os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), que delimitam áreas em que o Poder Público deve estimular atividades culturais. O texto do PDE cria um corredor cultural no centro de São Paulo, ao estabelecer o PEC Sé-República e o TICP Paulista/Luz.

“Temos a perspectiva de passar a ter um complexo cultural de enorme importância, integrado pelas ciclo-

vias, que vai desde o Theatro Municipal até o Parque do Tietê”, afirma Alfredo Manevy, secretário-adjunto de Cultura. Dentro desse corredor cultural, farão parte, entre outros equipamentos, os cinemas de rua que a Prefeitura espera trazer de volta, como fez com o Belas Artes. O primeiro deve ser o Art Palácio, na Avenida São João.

Para Manevy, os investimentos virão a calhar para muitos paulistanos que se cansaram de viver entre as paredes de condomínios e shoppings e começaram a redescobrir os espaços públicos, algo que pode ser percebido no interesse pelas ciclovias, nas festas ao ar livre, nas passeatas e no renascimento do carnaval de rua. “São Paulo está indo para a rua, e essa é uma tendência irreversível”, afirma. Quando o mercado imobiliário descobrir isso, Manevy espera que, em vez de demolir teatros, eles passem a investir em locais públicos de cultura.

Um pouco disso já acontece hoje em dia, graças ao trabalho do promotor de Justiça Maurício Ribeiro Lopes, um apaixonado pelas artes do palco. “Fui promotor de júri porque foi a oportunidade que tive de chegar mais perto do que eu fazia quando estudei teatro, na juventude”, conta. Conversando com as incorporadoras, ele conseguiu que aceitassem apoiar oito dos 22 teatros ameaçados: Commune, Companhia da Revista, Companhia Livre, Os Fofos Encenam, Heleny Guariba, Satyros e Sede Luz do Faroeste.

“Procurei essas empresas usando o conceito de responsabilidade cultural, que adaptei da ideia de

CULTURA

Nabil Bonduki: “Uma cidade não é só o negócio imobiliário”



Teatros ameaçados

- » **Brincante**, do Instituto Brincante
R. Purpurina, 428 - Vila Madalena
- » **Casa Laboratório para as Artes do Teatro**
R. Conselheiro Brotero, 82 - Barra Funda
- » **Casa Livre**, da Companhia Livre
R. Pirineus, 107 - Campos Elíseos
- » **Casa Balagan**
Al. Olga, 444 - Barra Funda
- » **Casarão da Escola Paulista de Restauro**
(antigo Espaço do Grupo Redimundo de Investigação Teatral)
R. Álvaro de Carvalho, 75 - Anhangabaú
- » **Café Concerto Uranus**
R. Dr. Carvalho de Mendonça, 40 - Santa Cecília
- » **Companhia da Revista**
Al. Nothmann, 1.135 - Campos Elíseos
- » **Club Noir**
R. Augusta, 331 - Consolação
- » **Espaço Maquinaria**, Grupo de Teatro de Narradores
R. 13 de Maio, 240 - Bela Vista
- » **Espaço Os Fofos Encenam**
R. Adoniran Barbosa, 151 - Bela Vista
- » **Espaço da Companhia do Feijão**
R. Teodoro Baima, 68 - República
- » **Espaço dos Satyros**
Pça. Franklin Roosevelt, 214 - Consolação
- » **Galpão do Foliás**, do Grupo Foliás D'arte
R. Ana Cintra, 213 - Santa Cecília
- » **Grupo de Teatro da Vertigem**
R. 13 de Maio, 240 - Bela Vista
- » **Núcleo Bartolomeu de Depoimentos - FECHADO**
- » **Sede Luz do Faroeste**, do Pessoal do Faroeste
R. do Triunfo, 301 - Santa Efigênia
- » **Teatro Commune**
R. da Consolação, 1.218 - Consolação
- » **Teatro Studio Heleny Guariba**, do Núcleo do 184
Pça. Franklin Roosevelt, 184 - Consolação
- » **Teatro Coletivo CIT-Ecum - FECHADO**
- » **Teatro do Incêndio**, da Companhia do Incêndio
R. da Consolação, 1.219 - Consolação
- » **Teat(r)o Oficina**
R. Jaceguai, 520 - Bixiga
- » **Teatro do Ator**
Pça. Franklin Roosevelt, 172 - República

Fonte: Cooperativa Paulista de Teatro

responsabilidade social. Parte dos recursos auferidos com a atividade imobiliária precisa ser revertida para espaços culturais que não conseguem fazer frente à valorização dos imóveis”, explica Lopes. Neste ano, ele pretende buscar também o apoio de outros setores. Tudo para que a força da grana, além de destruir, também possa erguer coisas belas.

ENTREVISTA

José Celso Martinez Corrêa, criador do Oficina

O conflito entre arte e mercado imobiliário, no meio do qual estão 22 teatros de rua de São Paulo, é velho conhecido de **José Celso Martinez Corrêa**, presidente da Associação Teat(r)o Oficina Uzyna Uzona e um dos principais nomes do teatro brasileiro.

Em 1982, o Oficina começou a travar uma luta contra o Grupo Silvio Santos pelo terreno no entorno do teatro, na Rua Jaceguai, no bairro do Bixiga, onde a companhia tem sua sede desde 1958. Enquanto o grupo empresarial planeja usar o terreno para construir torres residenciais de alto padrão, Zé Celso luta para implantar lá o último projeto da arquiteta Lina Bo Bardi, criadora do prédio do Museu de Arte de São Paulo (Masp), que prevê transformar o entorno num misto de teatro e praça.

Com a participação da Prefeitura e do governo federal, as negociações agora se aproximam de uma solução: o Grupo Silvio Santos abriria mão do terreno no Bixiga em troca de uma área na Anhanguera, pertencente à União. Para ir tão longe nessa briga de Davi contra Goliás, Zé Celso não jogou sozinho: fez da disputa do Oficina a luta de outros moradores do bairro por mais cultura, natureza e lazer.

Há muito tempo o Oficina enfrenta o mercado imobiliário e hoje mais de 20 teatros estão na briga. Como a cidade chegou a essa situação?

Zé Celso: Há uma aceleração imensa na especulação imobiliária, que talvez seja a mais destruidora dessa cidade. Nós do Oficina estamos nessa batalha há 34 anos. Conseguimos ocupar o terreno, inclusive por uma proposta do Sílvio Santos, depois que o teatro foi tombado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 2010. Esse espaço, durante muito tempo, foi um beco sem saída. O que vai acontecer agora depende muito da discussão do Plano Diretor sobre essa região.

Como você vê a proposta do Plano Diretor que transforma a região num corredor cultural?

Eu vejo como algo maravilhoso. A gente faz parte. As duas arquitetas

que trabalham conosco construíram um projeto maravilhoso, junto com arquitetos belgas e de vários lugares da América Latina. O Bixiga é destinado a ser um coração cultural da cidade. Se for revitalizado, pode virar o que é a Lapa no Rio, que é um lugar de mistura total, onde de sexta-feira você acha que está na África, todos os negros se reúnem e é maravilhoso.

Como é a proposta que integra o Oficina ao corredor cultural?

É um projeto que transcendeu o Teatro Oficina e se abriu para a cidade toda. O Silvio Santos deixou um pomar que dá frutas e flores, dá tomate, dá rosa, é incrível. A ideia é prolongar isso em todo o corredor cultural, inclusive modificando o calçamento do Bixiga e ocupando embaixo do Minhocão.



FESTA • A cartunista Laerte e Zé Celso em celebração no Oficina

“
A desvalorização da cultura acaba com o Brasil”

Mas não queremos atulhar o lugar. O vazio é extremamente importante. A respiração é mais importante do que tudo. Essa cidade não respira. As pessoas que moram em São Paulo têm um tipo de vida muito subdesenvolvido. Estive em Buenos Aires e fiquei besta. Lá tem calçadas largas, ruas arbori-

zadas, os prédios não são colados. A arquitetura brasileira tinha uma tradição maravilhosa, mas deixou de lado para fazer essas caixas de morar, apartamentos que são gavetas, onde mal cabe uma pessoa. A (Avenida) Berrini é um horror, um monte de caixotes. É a falta de cultura que determina isso.

Qual a consequência dessa falta de cultura?

A cultura é importantíssima. Corresponde a você cuidar da sua vida, do seu corpo, da sua saúde, da sua imaginação, da sua inteligência, do seu espírito crítico, do seu sonho. Isso tudo eliminado dá nessa porcaria que está aí. No Brasil, a cultura é a coisa mais desvalorizada que existe, e isso representa um perigo enorme. Sem

ela, ninguém toca nos tabus, como o dos gays e o do aborto, ou o tabu da descriminalização das drogas, que esvaziaria as cadeias.

Por que é importante para a cidade preservar esses teatros que estão ameaçados?

Por coincidência, esses teatros todos trabalham com a cidade. Os Satyros, por exemplo, levantaram a Praça Roosevelt. Outras companhias, como a São Jorge, também trabalham com o bairro onde estão. É uma característica dessa geração. São os grupos que realmente pesquisam teatro, que continuam com essa arte. Teatro de shopping é uma porcaria. Você está numa gaveta e o espetáculo é o shopping, não o teatro. Eu não me sinto bem de ver uma peça num lugar assim, porque desde 1967 o teatro se abriu para a natureza. No Oficina você abre o teto e se relaciona com o céu, ou então olha o janelão que a Lina fez e se comunica com a cidade, com o universo.

Projeto reconecta o Bixiga

No final dos 60, a construção da Ligação Leste-Oeste rasgou o Bixiga ao meio, expulsando moradores e deixando uma série de vazios urbanos nas imediações do viaduto. O projeto do Oficina para o bairro pretende curar a ferida aberta pela obra, por meio de um corredor cultural, integrado ao TICP Paulista/Luz (previsto no PDE), para reconectar o Bixiga.

O projeto foi desenvolvido durante a 10ª Bienal de Arquitetura, em 2013, pelas arquitetas Marília Gallmeister e Carila Matzenbacher, com a participação de urbanistas da Universidade KU Leuven (Bélgica), de outros arquitetos e de moradores do bairro. Para Marília, faz todo sentido usar a cultura para consertar fraturas da cidade. “A arte é infraestrutura da vida e precisa ser recolocada como eixo de onde tudo se desdobra.”

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

/RevistaApartes @RevistaApartes



Tecnologia em trânsito

Ações da CMSP e Prefeitura aprimoram frota de ônibus e valorizam profissionais do setor

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Às seis da tarde, o ônibus parte do Terminal Pinheiros com todos os bancos ocupados, janelas fechadas e o ar-condicionado ligado. O veículo da linha 809P, para Campo Limpo, circula com internet sem fio gratuita e outras comodidades, que deixam o percurso “menos precário”, como diz o segurança Douglas Silva. “Com a

internet, consigo acessar tudo. O ar não está muito frio, mas em vista de antes... Já vi gente de pressão alta passando mal, com o calor e a lotação”, conta.

O ar-condicionado funciona em 60 veículos do sistema de transporte coletivo da capital e, até o fim de 2014, equipará mil carros. A meta, estabelecida

CONFORTO
Novos ônibus com ar-condicionado, wi-fi e câmeras de monitoramento

por portaria da Prefeitura em 22 de janeiro, é que todos os 15 mil ônibus tenham o equipamento. Questionado a respeito do prazo, o secretário municipal de Transportes, Jilmar Tatto, afirmou à imprensa que as instalações estarão completas até 2017.

Outras melhorias na frota são realidade, como as novas catracas eletrônicas, mais ágeis e antifraude. Além disso, todos os veículos já circulam com GPS e devem também ter wi-fi e tecnologias como câmeras de monitoramento e

computador de bordo, atualmente sendo testadas em algumas linhas.

As iniciativas da Prefeitura fazem parte de um movimento para aprimorar o sistema de transporte da cidade. Essas ações colocam em prática, inclusive, medidas implantadas a partir de leis propostas na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Uma delas, idealizada pelo vereador Paulo Fiorilo (PT), permite que a população fiscalize a idade dos ônibus ou micro-

ônibus em circulação. A Lei 15.940/2013 determina que a data de fabricação dos veículos esteja exposta na lateral externa da carroceria. “É uma forma não apenas de o Poder Público, mas também o usuário fiscalizar e cobrar um serviço de qualidade das empresas, já que os ônibus não podem ter mais de dez anos de uso no sistema de transporte de São Paulo”, explica o parlamentar.

Já a Lei 15.962/2014 garante que, nos pontos, estejam expostos

o nome, número, destino, intervalos e frequência das linhas. As concessionárias começaram a instalar esses painéis no fim do ano passado. Proposta pela vereadora Marta Costa (PSD) e pelos ex-vereadores Goulart, Floriano Pesaro e Mara Gabrielli, a legislação prevê, ainda, a possibilidade de consulta virtual de dados como o itinerário detalhado e a programação de partidas.

Desde junho de 2014, a Prefeitura já vinha instalando adesivos com QR Codes, códigos decifráveis por alguns smartphones, que dão acesso ao site *Olho Vivo*, da São Paulo Transporte (SPTrans), onde o usuário se informa sobre as linhas daquela parada. Para incrementar o acesso do cidadão aos dados, o vereador Ricardo Young (PPS) propôs o Projeto de Lei (PL) 765/2013, aprovado em primeira discussão, para que o itinerário seja exibido também dentro dos ônibus, em monitores, juntamente com informações de utilidade pública, como os eventos culturais da cidade.

MOTORISTAS • Vavá tem projetos para melhorar o ambiente de trabalho e a formação dos profissionais



Ricardo Rocha/CMSF

Algumas ações do Executivo se anteciparam a propostas em tramitação na Câmara, como o PL 454/2010, do vereador Abou Anni (PV), que exige a disponibilização na internet de informações detalhadas sobre as linhas. Já o PL 407/2013, de David Soares (PSD), obriga as concessionárias a equiparem pelo menos 80% da frota com sistema de ar refrigerado. “Quem já precisou utilizar o transporte municipal de São Paulo sabe a dificuldade que é entrar em um ônibus sem ar-condicionado, quando os trajetos percorridos são longos”, justifica o parlamentar.

Outra iniciativa que busca a melhoria da frota paulistana é o PL 374/2013, elaborado por Laércio Benko (PHS), que visa instituir um programa de modernização dos veículos, com a instalação de suspensão a ar, motor a etanol ou elétrico, ar-condicionado, circuito interno de monitoramento e monitores de televisão. Hoje, essas medidas vêm sendo adotadas pelo Executivo em parte dos ônibus. Na mesma linha, o PL 195/2014, de Eduardo Tuma (PSDB), obriga as operadoras de transporte coletivo a instalarem ar-condicionado, além de internet sem fio. Tuma é autor também do PL 348/2014, que autoriza os cidadãos a pagarem a tarifa pelo sistema de aproximação entre um tablet ou smartphone e o validador, como se fosse o próprio Bilhete Único.

ESQUECIDOS

Além dos muitos esforços para aperfeiçoar o sistema de transportes paulistano, alguns projetos que tramitam na Câmara Municipal tratam das condições relativas aos profissionais que atuam no setor. O



Ricardo Rocha/CMSF

FISCAL
Lei proposta por Fiorilo permite que o usuário fiscalize a idade de cada ônibus

vereador Vavá (PT) acredita que esses trabalhadores precisam de mais atenção. “Falam em ter veículos de primeiro mundo, longos, com piso rebaixado, internet sem fio, ar-condicionado, mas a parte humana é esquecida” aponta o parlamentar. Segundo ele, “ninguém se preocupa muito com a condição física, de saúde e de trabalho de quem dirige um ônibus nessa cidade”.

Vavá, que trabalhou como motorista de ônibus durante mais de três décadas, é autor da proposta que cria na cidade a Escola de Formação de Trabalhadores do Transporte Público – Garagem-Escola. De acordo com a Lei 16.060/2014, ainda sem regulamentação, a instituição será público-privada, com ges-



FORMAÇÃO
O motorista Valtão diz que falta capacitação aos profissionais: “Eles estão bem atrasados”

Ricardo Rocha/CMSF

Ônibus acessível

O transporte público paulistano pode ficar mais amigável aos deficientes visuais e auditivos, caso se transformem em lei os projetos 330/2014, de Eduardo Tuma (PSDB), e 480/2014, do vereador Vavá (PT).

Tuma quer que os ônibus disponibilizem vídeos, com linguagem de sinais, para indicar aos passageiros qual o próximo

ponto e o itinerário a seguir, além de nome e número da linha.

A proposta de Vavá pretende que os portadores de deficiência tenham acesso a transmissores eletrônicos para chamar o veículo de uma determinada linha e saber quando ele está próximo. Ao mesmo tempo, receptores instalados nos ônibus detectariam em quais pontos um deficiente solicitou embarque.

A SPTrans tem testado um sistema sonoro que se tornará obrigatório e poderá ser aprimorado caso os PLs tornem-se leis.

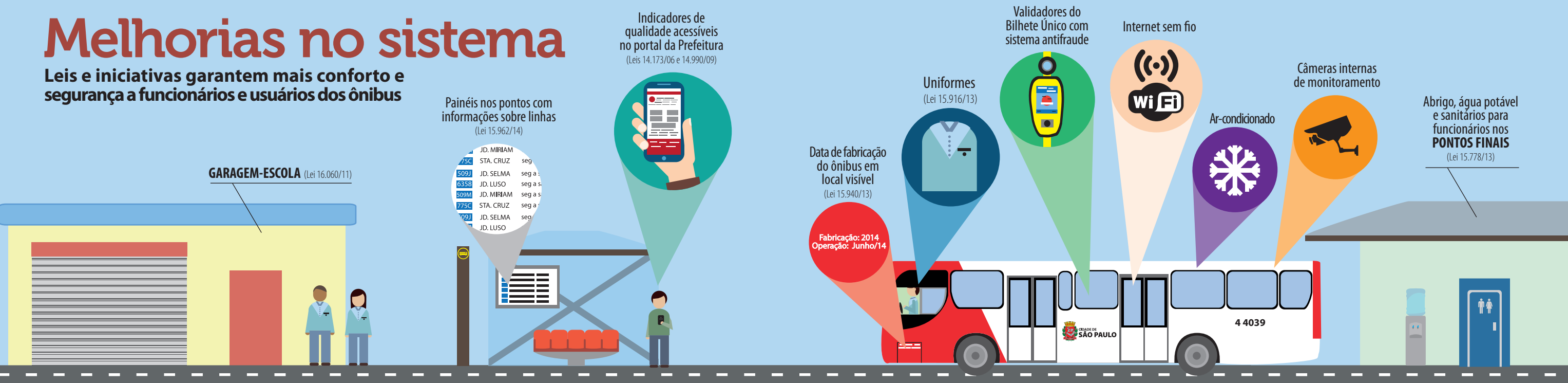
tão da SPTrans, em parceria com as montadoras, concessionárias, e permissionárias, além de sindicatos patronais e de trabalhadores. A ideia é melhorar o atendimento aos usuários, ao proporcionar formação completa, rápida e gratuita aos operadores do sistema. “Faríamos convênios com escolas bancados pelo setor, que tanto explora a mão de obra e tem que dar sua parcela de contribuição”, diz Vavá.

A defasagem de conhecimento dos funcionários é confirmada pelo motorista Valter Santos, o Valtão. Ele conta que os profissionais estão muito mais desatualizados do que os veículos: “Quando chegam os carros novos, de última geração, o mecânico não sabe nem por onde começar a mexer; o motorista não sabe nem como funciona o painel”.

Vavá tem conversado com a Prefeitura para que a escola, quando começar a funcionar, primeira-

Melhorias no sistema

Leis e iniciativas garantem mais conforto e segurança a funcionários e usuários dos ônibus



mente recicle as 40 mil pessoas já empregadas no transporte público. A prioridade é descobrir novas aptidões dos cobradores, capacitando-os para ser motoristas, pintores ou mecânicos. Depois de formar todos os profissionais hoje em atuação, no prazo de até três anos, a escola seria um pré-requisito para qualquer novato ou novata (as mulheres seriam incentivadas a ampliar sua presença no setor). “O sistema passa por uma crise. Não consegue mão de obra capacitada; ninguém quer”, lamenta Vavá. O parlamentar imagina que a Garagem-Escola pode se tornar o local onde as concessionárias recrutarão seus funcionários.

O vereador Abou Anni elogia a criação da Garagem-Escola, mas questiona se o sistema será capaz de aproveitar, em outras funções, os atuais 17 mil cobradores que operam no sistema. A preocupação com a categoria surgiu há 15 anos, com a introdução das primeiras catracas eletrônicas, e ficou mais concreta com aprovação da Lei 16.097/2014, do Executivo. O texto trata sobre remissão de dívidas, mas traz um trecho que tornou permitida a circulação de ônibus apenas com o motorista. Anni considera a manobra ilegal e apresentou o PL 25/2015, para restabelecer a obrigatoriedade



CONECTADOS • Passageiros utilizam o wi-fi no ônibus de Pinheiros ao Campo Limpo

da presença dos cobradores nos veículos. Na justificativa, ele lembra que o cobrador não apenas recebe pagamentos em dinheiro, mas também orienta e auxilia os usuários, especialmente idosos, gestantes e pessoas com mobilidade reduzida, além de cooperar com o condutor. “A presença do cobrador é indispensável para que o motorista se ocupe integralmente da sua função”, observa.

SOMBRA E ÁGUA

O motorista Valtão conta que, para usar o banheiro, ele e os colegas dependem da boa vontade de donos de bares, padarias e quitandas próximos ao ponto final da linha em que operam: “Se (o estabelecimento) fecha às 8 horas da noite e o motorista sai do ponto final às 10 da noite, vai fazer necessidade onde?”, indaga Valtão. Ele mesmo tem a resposta: “Ao lado do ôni-

bus, porque não tem lugar para fazer nem para lavar as mãos. Mulher é a mesma coisa: usa um saquinho dentro do ônibus e joga fora. Ela vai fazer onde? No meio da rua?”.

Para resolver essa situação, uma lei proposta por Vavá, a 15.778/2013, obriga as empresas e cooperativas de ônibus coletivos públicos a oferecerem, aos seus

ROTAS • Painel com informações sobre as linhas, como manda a lei, e QR code



Vestidos para o verão

No clima das temperaturas recordes, o vereador David Soares (PSD) apresentou em dezembro o PL 557/2014, que propõe liberar funcionários do transporte coletivo, e de outras concessionárias de serviços públicos municipais, para trabalhar de bermuda quando a temperatura exceder 30 graus.

Com o PL, o parlamentar diz querer proteger a saúde dos trabalhadores e reduzir ocorrências médicas relacionadas ao “excesso de trajes” durante o verão. “A vestimenta mais leve pode contribuir para uma vida mais saudável”, acredita Soares. “Em dias muito quentes, o número de óbitos aumenta significativamente na faixa da população em atividade profissional”, justifica.

funcionários, instalações sanitárias, água potável e abrigo contra intempéries nos pontos finais. Para o vereador, a preservação da saúde e segurança dos trabalhadores do transporte é, na maioria das vezes, ignorada e tratada como matéria secundária, mesmo que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) defina a neces-

sidade de se garantir proteção e higiene aos trabalhadores.

Outra proposta relativa ao tema que tramita na CMSP é o Projeto de Lei 315/2013, do vereador Eduardo Tuma (PSDB). O PL prevê que, enquanto não sejam instalados os sanitários definitivos, seja obrigatória a implantação de banheiros químicos em todos os pontos finais, para atender também passageiros. A ideia, no entanto, é controversa. Em 29 de janeiro, motoristas da concessionária Via Sul atrasaram em uma hora a saída dos ônibus para protestar contra a falta de limpeza dos sanitários químicos nos pontos finais, conforme noticiou o jornal *Diário de S.Paulo*. A alternativa, que deveria ser provisória, estaria sendo tratada como solução permanente, segundo os profissionais.

Além da infraestrutura precária nos pontos finais, os empregados do turno da noite têm de fazer, a pé, boa parte do percurso para casa ou para o trabalho. “Em alguns lugares, o funcionário tem que andar 20 minutos, meia hora, para chegar até o ponto do ônibus reservado, e nesse deslocamento encontra muitas adversidades”, comenta Valtão. Uma delas, bastante comum, é a abordagem policial, que obriga o trabalhador a se identificar mostrando as credenciais da empresa. Para contornar a situação, Vavá propôs a Lei 15.916/2013, para que os trabalhadores do transporte público rodoviário passem a usar vestuário padronizado. A regulamentação da Prefeitura diz que as roupas devem ser cedidas pelas concessionárias e permissionárias. “Padronizar um uniforme a esses trabalhadores significa dar valor ao trabalho



deles e gerar o reconhecimento da categoria por toda a sociedade”, diz o vereador na justificativa do projeto que originou a lei.

ÍNDICE DE QUALIDADE

O estado de conservação da frota está na lista de itens a serem medidos em um indicador de qualidade sugerido por José Police Neto (PSD), na Lei 14.173/2006. A legislação estabelece índices para todos os serviços públicos e prevê que, para o transporte coletivo urbano, sejam considerados, ainda, tempo médio de espera dos passageiros nos terminais e pontos, velocidade média

COBRANÇA • Abou Anni teme pelo emprego dos cobradores de ônibus



dos veículos em horário normal e de pico, pontualidade e limpeza dos terminais, entre outros quesitos.

De acordo com a Lei 14.990/2009, proposta pelo vereador José Américo (PT), o desempenho deve ser aferido também por Subprefeitura e divulgado na internet. Isso já é cumprido parcialmente no site sempla.prefeitura.sp.gov.br, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. A página disponibiliza, por subprefeitura, um índice que leva em conta limpeza, conservação e manutenção dos veículos. De 2009 a 2013, a melhor média (98)

foi apurada para uma empresa que atende o M’Boi Mirim. A pior (81) foi para uma companhia que circula em Aricanduva, Cidade Tiradentes, Itaquera e São Mateus.

Além de se avaliar o sistema, um projeto do vereador Gilson Barreto (PSDB), o 218/2010, propõe que as concessionárias e permissionárias criem um serviço 0800, para receber reclamações de munícipes sobre os condutores. “Sabemos das irregularidades cometidas por alguns motoristas de ônibus e micro-ônibus no Município, como não parar no ponto, ultrapassagens perigosas e/ou proibidas, excesso de velocidade, freadas bruscas, entre outras”, diz a justificativa do PL.

Para Vavá, a falta de cordialidade do profissional de transporte deve-se, em grande parte, ao fato de ele não se sentir valorizado. “A maior reclamação é com a urbanidade, porque o trabalhador está ali estressado, o salário não é bom, dirigir no trânsito da cidade é um terror. Que urbanidade ele vai ter com o cliente?”, indaga. O vereador acredita que, com maior atenção à carreira, os salários podem melhorar, assim como a satisfação de usuários e trabalhadores.

SAIBA MAIS

Sites

Indicadores de desempenho do transporte - goo.gl/vHvNwh
Sistema de monitoramento do transporte - olhovivo.sptrans.com.br

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
 /RevistaApartes @RevistaApartes



A era das novas arenas

Após Allianz Parque e Arena Corinthians, Pacaembu pode ser o próximo estádio da cidade a se modernizar

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br
Colaborou Sândor Vasconcelos | sandor@camara.sp.gov.br

Seu nome oficial é **Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho**, em homenagem ao chefe da delegação brasileira nas Copas de 1958 e 1962, vencidas pela seleção canarinho. Mas pode chamá-lo de Pacaembu, que em tupi-guarani significa “terras alagadas”, nome do bairro com o qual sua história se mistura e o apelido pelo qual é conhecido.

O Pacaembu já foi a casa do “bando de loucos” corinthianos, durante os anos em que abrigou a maioria dos jogos do Timão. Recebeu, também, as partidas com mando do Palmeiras, no período em que o Palestra Itália estava em reforma para se tornar o Allianz Parque. Mas, desde que ambos os clubes passaram a jogar em suas próprias arenas, no ano pas-

REFORMA
Pacaembu completa 75 anos em abril e pode virar arena multiuso

sado, o velho Paca, que em abril completará 75 anos, está em busca de uma nova identidade.

A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação lançou em janeiro um chamamento público de concessão do Pacaembu à iniciativa privada. O objetivo é revitalizá-lo e deixá-lo no padrão das novas arenas multiuso, para que possa receber competições internacionais e sirva de espaço para eventos culturais.

Os projetos podem ser apresentados por empresas nacionais e estrangeiras. Além dos aspectos relacionados a arquitetura e engenharia,



NOME	Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho
LOCAL	Praça Charles Miller - Pacaembu
CAPACIDADE:	37.730
PARTIDA INAUGURAL	Palmeiras 6 x 2 Coritiba, em 27/4/1940
PÚBLICO RECORDE	71.280 (25/5/1942)
PROPRIETÁRIO	Prefeitura de São Paulo

as propostas devem conter o modelo operacional, análise de projeção de receitas, viabilidade econômico-financeira, impactos e riscos. Também devem constar melhorias como cobertura do estádio, instalação de assentos numerados, implementação de estacionamento com no mínimo 2 mil vagas, aprimoramento na acessibilidade, construção de salas VIP e criação de um centro de mídia, além da disponibilização de mais banheiros e wi-fi gratuito, entre outras. Até o fechamento desta edição, a Prefeitura não havia anunciado as empresas escolhidas para apresentar os estudos. Após o anúncio, elas terão 90 dias para encaminhar as análises ao Executivo.

“O Pacaembu é um equipamento importante, emblemático, com uma localização muito especial, mas está defasado do ponto de vista tecnológico”, avaliou o prefeito Fernando Haddad (PT), em entrevista

coletiva no lançamento da chamada pública. Segundo ele, a intenção é discutir, com a sociedade civil e com a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), o futuro do estádio, com base em propostas concretas. “Isso pode desembocar na manutenção do Pacaembu como é hoje ou em uma reconfiguração”, explica Haddad, desde que “não leve transtornos para o bairro”, ressalta.

“A concessão que estamos propondo não tira o Pacaembu das mãos do Município em hipótese nenhuma”, garante o secretário municipal de Esportes e vereador licenciado, Celso Jatene. “A prioridade é resgatar a origem do Pacaembu, que tem vocação esportiva, cívica e cultural”, completa. A Prefeitura gasta R\$ 9 milhões por ano para manter o estádio. Estima-se que o investimento para a modernização fique entre R\$ 200 e R\$ 300 milhões. Os projetos para as obras não contarão com recursos públicos e deverão respeitar as diretrizes de tombamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), feito em 1998. O Museu do Futebol, gerido pelo governo estadual, será mantido no estádio e não fará parte da concessão.

“MELHOR DO MUNDO”

Os debates em torno do futuro do estádio ocorrem na CMSP desde 2009, quando vereadores trabalharam na Comissão de Estudos sobre a Destinação do Estádio do Pacaembu. Durante 60 dias, os parlamentares ouviram moradores do bairro, jornalistas, representantes da Prefeitura e dos clubes, entre eles o Corinthians, que na época se candidatava a receber uma concessão para administrar o local.

Rubens Chini/Barão de Imagens do Estado de São Paulo



NOME	Estádio Cícero Pompeu de Toledo
LOCAL	Praça Roberto Gomes Pedrosa Morumbi
CAPACIDADE	67.052
PARTIDA INAUGURAL	São Paulo 1 x 0 Sporting Lisboa, em 2/10/1960
PÚBLICO RECORDE	146 mil (9/10/1977)
PROPRIETÁRIO	São Paulo Futebol Clube



NOME	Arena Corinthians
LOCAL	Avenida Miguel Ignácio Curi, 111 Vila Carmosina
CAPACIDADE	48.234
PARTIDA INAUGURAL	Corinthians 0 x 1 Figueirense, em 18/5/2014
PÚBLICO RECORDE	63.267 (9/7/2014)
PROPRIETÁRIO	Sport Club Corinthians Paulista

Leonardo Lourenço/Portal da Copa

(veja mais na pág. ao lado). Atualmente, tramita pela Casa um projeto de lei (PL) semelhante, o 497/2011, de Dalton Silvano, que prevê a criação do Museu do Futebol Amador. O objetivo é “transmitir às gerações futuras o conhecimento e a cultura de verdadeiros celeiros de craques, mas, ao mesmo tempo, templos de amizade”.

Por sinal, o futebol jogado nas periferias, que tanto pode ser chamado de “amador”, por ser jogado com muito amor e pouca grana, como “de várzea”,

em referência às partidas travadas nas margens do Rio Tietê, recebeu outra homenagem na CMSP, com a aprovação da proposta que criou o Dia do Futebol de Várzea (22 de setembro). A iniciativa partiu do vereador Eliseu Gabriel (PSB), para quem é o futebol de várzea que

FUTEBOL • Para Toninho Paiva, o esporte “possui o encanto de ser assunto obrigatório em todo o País”



Mozart Gomes/CMSP

Com presidência de Dalton Silvano (PV), vice-presidência de Toninho Paiva (PR) e relatoria de Antonio Goulart (PSD), a comissão concluiu que a melhor alternativa era ceder o Pacaembu à iniciativa privada. Em voto contrário, o vereador Marco Aurélio Cunha (PSD)

defendeu um consórcio entre os principais times paulistas para a utilização do estádio, sem concessão.

Como Palmeiras, Corinthians e São Paulo têm suas casas próprias, atualmente Goulart defende que o Pacaembu seja administrado pelo Santos. O clube é dono do estádio Vila Belmiro, mas possui mais torcedores em São Paulo do que na sua cidade natal. “O Santos atravessa um momento financeiro difícil, mas poderia encontrar parceiros para a reforma”, afirma o vereador, que é fã do estádio: “O Pacaembu ainda é o melhor lugar do mundo para ver um jogo”. Marco Aurélio Cunha concorda que o melhor caminho é o Santos assumir o local, que “pode ser locado ou gerido parcialmente, com apoio da iniciativa privada, porque não adianta querer que o Estado banque tudo”.

A maior inovação dos últimos anos em relação ao Pacaembu é fruto de um projeto de Goulart: a criação do Museu do Futebol, em 2008

PROJETO • Vereador Marco Aurélio tem plano para recuperar o Canindé



Mozart Gomes/CMSP

Dois rivais e um museu

Espaço que encanta até quem não sabe diferenciar um escanteio de um tiro de meta, o Museu do Futebol nasceu graças a uma aliança entre dois torcedores de times arquirrivais: o vereador Antonio Goulart (PSD), conselheiro vitalício do Corinthians e membro fundador da torcida Gaviões da Fiel, e o então prefeito paulistano José Serra, palmeirense desde o berço.

No papel, o museu foi concebido em 1999, por meio do PL 271, assinado por Goulart. Até a inauguração do espaço, em 2008, foram nove anos de uma bola que percorreu um longo caminho até dormir no fundo do gol. Aprovado na CMSP em 2002, o PL foi vetado pela prefeita Marta Suplicy, sob alegação de que era inconstitucional, por tratar de matéria administrativa, o que só poderia ser feito pela Prefeitura, e “contrário ao interesse público” por gerar gastos.



Gabinete do vereador Goulart

SONHO REALIZADO • Goulart visita a Sala das Origens, no Museu do Futebol

Em 2005, Goulart procurou o prefeito José Serra, que acabara de assumir, para apresentar a ideia do museu. “Eu disse para ele: ‘Embora você torça para o time errado, sei que é um esportista’”, conta o vereador. Juntaram forças. Enquanto Goulart articulava a derrubada do veto na Câmara, o prefeito buscava o apoio do governo estadual e da Fundação Roberto Marinho. O projeto virou a Lei 13.989/2005, que, três anos depois, deu origem ao

Museu do Futebol. “Acompanhei a construção desde a primeira pedra. Vi meu sonho ser realizado aos poucos”, lembra Goulart.

O sonho resultou no espaço de 6,9 mil m², instalado embaixo das arquibancadas do Pacaembu, que se tornou um dos passeios obrigatórios da capital. No ano passado, foi eleito o 5º melhor museu do Brasil e o 9º da América do Sul, segundo a avaliação de turistas no site especializado TripAdvisor.

“mantém viva a chama do esporte bretão no coração dos brasileiros”.

Outro parlamentar, Toninho Paiva (PR), propôs a lei que criou, em 1997, o Dia do Futebol, comemorado em 19 de julho. “Praticado e acompanhado por milhões, possui o raro encanto de ser o assunto obrigatório em todos os cantos do País”, justifica Paiva, corintiano e conselheiro vitalício do clube. Naquele mesmo ano, ele conseguiu aprovar também a Lei 12.341, que oficializou a realização da Copa São Paulo de Futebol Júnior, principal torneio

da categoria no Brasil e considerada por Paiva “o vestibular do futebol”.

POLÍTICA E FUTEBOL

Além do destino do Pacaembu, o vereador Marco Aurélio Cunha conta que discute com a Prefeitura uma alternativa para outro importante palco futebolístico paulistano: o Canindé, da Portuguesa, clube que hoje tem mais carisma do que renda.

Parte da área ocupada pelo campo da Lusa fica em um terreno cedido em comodato pela Prefeitura. Segundo a proposta do vereador,

essa área seria entregue à iniciativa privada para um empreendimento imobiliário, integrado ao projeto do Arco do Tietê, idealizado pelo Executivo. “De uma coisa que hoje está parada, a gente iria melhorar a região, com um centro de convenções, um hotel e apartamentos de classe média alta, valorizando o bairro sem povoá-lo demais”, explica.

Aproveitando que Marco Aurélio é conselheiro vitalício do São Paulo, a **Apartes** perguntou sobre os planos para o maior estádio da capital, o Morumbi. “Ele é maravilhoso e

impecável. Para mim, basta uma cobertura. Não precisa mais do que isso”, afirmou. A obra que, segundo ele, deve ser feita com recursos próprios. “O São Paulo tem receita para construir essa cobertura do mesmo jeito que fez o Morumbi, paulatinamente”, acredita.

Outro episódio que ilustra a forte relação entre políticos e futebol foi a construção da Arena Corinthians. O Timão ganhou sua casa graças à Lei 15.413, proposta pelo prefeito Gilberto Kassab e aprovada em 2011 pela CMSP, depois de muitos debates. A legislação autorizou o Executivo a conceder incentivos fiscais para tornar realidade a arena, que foi uma das sedes e palco do jogo de abertura da Copa do Mundo de Futebol do ano passado. No total, foram concedidos R\$ 420 milhões em incentivos para erguer o estádio na zona leste. A construção, finalizada em abril de 2014, foi acompanhada por uma subcomissão de vereadores, criada no âmbito

Thiago Fatchi/Allianz Parque



NOME	Allianz Parque
LOCAL	Rua Turiassu, 1840 - Perdizes
CAPACIDADE	43.600
PARTIDA DE REINAUGURAÇÃO	Palmeiras 0 x 2 Sport , em 19/11/2014
PÚBLICO RECORDE	35.939 (19/11/2014)
PROPRIETÁRIO	Sociedade Esportiva Palmeiras

da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Maior rival do Timão, o Palmeiras também tem um projeto ligado à sua nova arena, Allianz Parque, inaugurada em novembro. O PL 314/2014 já foi aprovado em primeira discussão e altera a denominação da Rua Turiassu, no trecho compreendido entre os números 1643 e 2237, para Rua Palestra Itália. Essa parte da rua é onde se localiza o estádio palmeirense. A



NOME	Doutor Osvaldo Teixeira Duarte
LOCAL	Rua Comendador Nestor Pereira, 33 Canindé
CAPACIDADE	21.004
PARTIDA INAUGURAL	Portuguesa 3 x 2 Combinado Palmeiras/São Paulo , em 11/11/1956
PÚBLICO RECORDE	25.662 (10/10/1982)
PROPRIETÁRIO	Associação Portuguesa de Desportos

proposta foi apresentada pelos vereadores Nelo Rodolfo (PMDB), Donato (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR), Calvo (PMDB), Laércio Benko (PHS), Marquito (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PP), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Roberto Tripoli (PV), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT) e Vavá (PT).

A mudança resgata o nome que o clube adotou desde a fundação, em 1914, e que durou até 1942. Naquele ano, o time passou a se chamar Palmeiras, por conta da Segunda Guerra Mundial, na qual o Brasil lutou contra a Itália e os demais países do Eixo. “Mediante tanta história e tradição ligadas ao nome Palestra Itália, faríamos justiça com essa alteração, perpetuando o nome para as gerações que estão por vir e enriquecendo a história paulistana”, afirma Nelo Rodolfo, que é ex-conselheiro do alviverde.

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

[f](#) /RevistaApartes [t](#) @RevistaApartes

CRAQUES • Museu do Futebol, no Pacaembu, criado graças a uma lei aprovada na CMSP

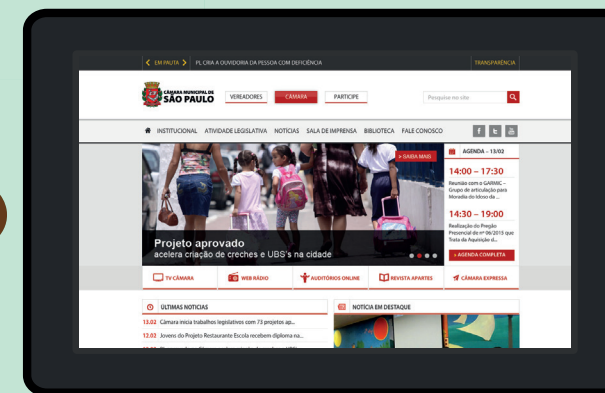


Israel Neri/Imagem/Artes Públicas



Notícias, pautas das sessões, projetos de lei, debates, legislação, resultados de votações, agenda de eventos e mais...

www.camara.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Parlamento Jovem Paulistano 2015



Seja vereador por um dia

Estudantes do 6º ao 9º ano
do Ensino Fundamental das
escolas públicas e particulares
do município de São Paulo

Crie uma lei para sua cidade

Procure o Manual de Orientação
na diretoria da sua escola

Informações

Equipe de Eventos - CCI.1
Viaduto Jacareí, 100, 3º andar
Sala 321 - Bela Vista - São Paulo
e-mail: eventos@camara.sp.gov.br
Site: www.camara.sp.gov.br
Tel: 3396-4239/3396-4667



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO